

Economia: a opção pelo capitalismo

JORNAL DO BRASIL

* 2 ABR 1989

Continuação da página 1

percentual a menos que a inflação projetada para o ano em que se entrava. Havia um sistema de garantia: se a inflação no primeiro semestre fosse mais da metade da projeção, seria concedido um aumento extra. Mas, eles faziam uma barganha inteligente: aceitavam perder, desde que o governo, que estava se comprometendo a cortar gastos e vender empresas improdutivas, injetasse mais recursos na área social.

Prometido e feito. Mesmo não tendo jamais criado a máxima *Tudo pelo social*, o governo espanhol aumentou os gastos sociais em 9% do total do orçamento para se aproximar da média europeia, que bate em 25%, segundo contou o sociólogo e ex-ministro da Educação, Juan María Marraval. É verdade que parte desses gastos é consumida pelos 18% de desempregados que a econo-

mia do país exhibe. Um indicador preocupante, como admitiram os espanhóis. Só que, inteiramente convencidos da correção do próprio modelo, eles fazem algumas ponderações. Marraval lembra que a economia espanhola está criando 1 mil empregos por dia, e que nos últimos dois anos e meio foram oferecidos 1 milhão e 280 mil novos postos de trabalho no país de Felipe Gonzalez. O economista Guillermo De La Dehesa, ex-secretário de estado da Economia, explica que, com o fim do franquismo, houve uma melhora da estatística do país, as mulheres passaram a ingressar em massa no mercado de trabalho e os que estavam fora por motivos políticos voltaram. "Portanto, são 18% bem contados", diz.

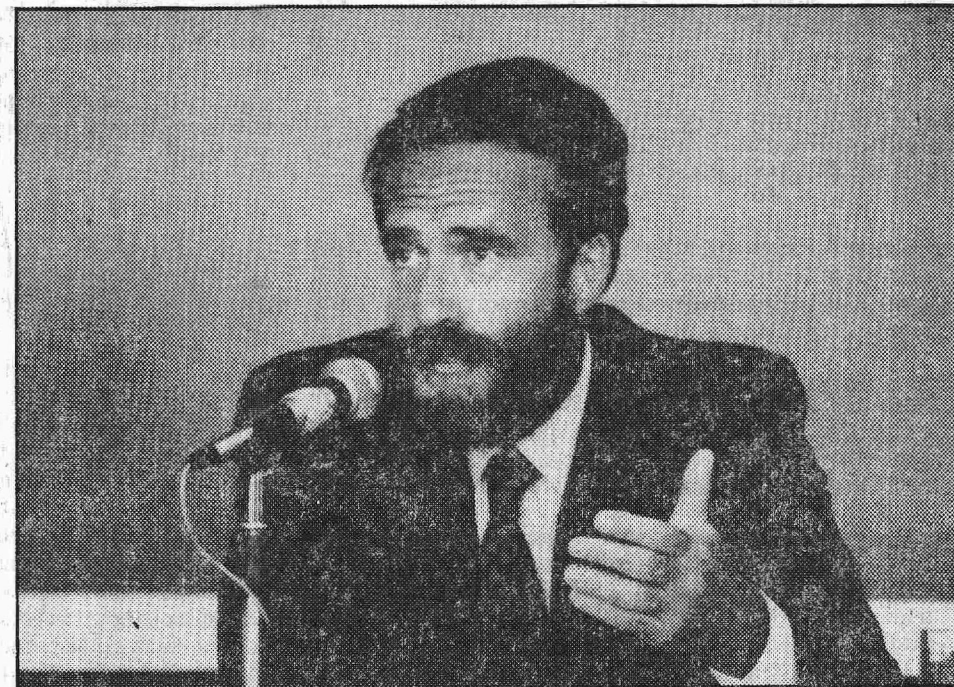
O acordo funcionou. Em três meses a inflação anualizada caiu para 24%. E hoje o desafio é levá-la abaixo de 8% ao ano. Com uma série de cortes nos gastos, fechamento e vendas de empresas estatais improduti-

vas, o Estado espanhol conseguiu reduzir o déficit público de 8,5% em 1982 para 2,5% no ano passado. "Hoje a maioria dos gastos é produto de investimentos na produção e na área social", lembra o economista Emilio de la Fuente. Outra forma utilizada para combater o déficit público foi o velho método, sempre ameaçado e nunca usado no Brasil: o combate à sonegação, que tem produzido o milagre de aumentar em 12% ao ano a receita fiscal da Espanha.

O país tem óbvios indicadores positivos, como a exuberante reserva cambial de US\$ 42 bilhões (no Brasil, o máximo a que se chegou foi a US\$ 12 bilhões, no fim do governo Geisel, época de entrada de empréstimos externos); ou uma acanhada dívida externa de US\$ 30 bilhões, de 10% do PIB (a nossa é de 30%). Apesar desta superioridade, uma questão levantada pela professora Maria da Conceição Tavares, durante debate esta semana, deixou os espanhóis claramente irritados.

Ela quis saber qual era, afinal, o projeto nacional espanhol. "Não tenho a mínima idéia como as empresas espanholas vão, de repente, se transformar em europeias", disparou. Lembrou que vários setores industriais espanhóis não são competitivos e podem ser dizimados a partir da integração europeia de 1992. "O núcleo central da metal-mecânica, a grande metalurgia, a indústria automobilística, a naval, a linha branca e a informática, são setores velhos", alfinetou, no seu conhecido estilo, e colocou outra questão que feriu mais fundo os brios espanhóis: "O passaporte europeu vai significar apenas mais liberdade para a elite espanhola, mas os outros cidadãos terão, no máximo, chance de serem varredores de rua nos outros países europeus, porque os empregos, que existiam na década de 60, não existem mais".

Os espanhóis reagiram fazendo o contraponto com o Brasil. "Somos mais modestos em tudo: nos gastos públicos e no projeto de ser potência" ironizou De La Dehesa. "Temos um governo eleito majoritariamente e com um projeto econômico definido", acrescentou. Para os intelectuais espanhóis presentes nesta semana no Brasil, como, por exemplo, o conselheiro José Antonio Garcia Lopes, a grande diferença entre os dois países é que a Espanha fez uma opção clara e con-



De La Dehesa: "com o fim do franquismo, as mulheres ingressaram em massa no mercado de trabalho"



Emilio de la Fuente: "a maioria de nossos gastos é produto de investimentos na produção e na área social"

sensual pelo capitalismo e não tem medo do capital estrangeiro. "O Brasil é um país maduro e se comporta como um menino de cinco anos", disse Dehesa, criticando o excessivo protecionismo brasileiro contra o capital estrangeiro. "Discriminar um capital pela sua origem é burrice", completou Garcia Lopes, dando um exemplo de como os espanhóis de hoje encaram a questão na-

cional: "se os franceses quiserem vir aqui e comprar o *aceite* Carbonell, não haverá o menor impedimento". Vender a Carbonell, a mais tradicional indústria de azeite espanhol, que é o mais tradicional produto do país, equivaleria a permitir capital estrangeiro na Petrobrás. Eles aceitaram como normal, um fato que no Brasil seria considerado herético pela esquerda e pela direita.



Garcia Lopes: a grande diferença entre a Espanha e o Brasil é que optamos claramente pelo capitalismo

Economia: a opção pelo capitalismo

* 2 ABR 1989

JORNAL DO BRASIL

Miriam Leitão

Jair Meneguelli, o presidente da CUT, sentou-se nesta semana à mesa de negociação e fulminou os outros participantes do diálogo sobre a reposição das perdas salariais: "Sempre que eu inicio negociações com empresários e governo, acho que já estou perdendo de dois a um". A julgar pelo que lembraram nesta semana sociólogos

e economistas espanhóis, foi bem diferente o clima que reinou na Espanha quando se tratou de conjurar uma inflação que, anualizada, chegava a 36% em agosto de 1977 e ameaçava bater em 42% nos meses seguintes.

Diante dessa inflação, escandalosa para os padrões europeus, os espanhóis, como se sabe, trataram de salvar o regime democrático e o projeto de modernização da Espanha através do Pacto de Moncloa.

O ponto de partida do acordo provocaria reações furiosas na CUT brasileira: os trabalhadores espanhóis aceitavam amargar perdas salariais em troca da busca da estabilidade. Até então, os reajustes salariais ocorriam sempre no mês de janeiro e eram do exato tamanho da inflação do ano anterior. Pelo acordo, os trabalhadores aceitavam ter reajustes de um ponto

Continua na página 5